

## **Budismo e o Macrogrupo “Outros”: interpretações sobre a religiosidade brasileira nos Censos Demográficos**

Buddhism and the “Others” Macrogroup: interpretations of Brazilian Religiosity in the Demographic Censuses

Nirvana França \*

### **Resumo**

Este artigo analisa a trajetória da classificação religiosa nos Censos Demográficos brasileiros, de 1872 aos dados preliminares de 2022, com ênfase no macrogrupo “Outros” e na presença do budismo no país. A pesquisa adota abordagem histórica e documental, aliando análise quantitativa dos dados censitários disponibilizados pelo IBGE e levantamento complementar no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas da Receita Federal, a partir da busca de termos associados ao budismo (“Buda”, “Buddha”, “Budista”). Essa metodologia possibilitou identificar tanto a evolução da autodeclaração de pertencimento religioso quanto o crescimento institucional das associações formalmente registradas. Os resultados indicam um processo contínuo de pluralização religiosa no Brasil, evidenciado pelo crescimento do grupo “Outros”, que passou de 0,71% em 2010 para 4,15% em 2022, representando uma das mudanças mais expressivas no campo religioso nacional. Quanto ao budismo, observa-se aumento em números absolutos de adeptos e instituições, mas estabilidade proporcional, sugerindo uma tensão entre adesão a práticas espirituais, como a meditação, e filiação institucional formal. Espera-se, assim, contribuir para o debate acadêmico sobre as religiões minoritárias e a complexidade da autodeclaração religiosa, ressaltando a importância dos censos como instrumento de análise das transformações culturais e espirituais no Brasil contemporâneo.

**Palavras-chave:** Censos Demográficos. Pluralismo Religioso. Religiões Minoritárias. Budismo.

### **Abstract**

This article analyzes the trajectory of religious classification in Brazilian Demographic Censuses, from 1872 to the preliminary data of 2022, with emphasis on the “Others” macrogroup and the presence of Buddhism in the country. The research adopts a historical and documentary approach, combining quantitative analysis of census data provided by the IBGE with complementary findings from the National Registry of Legal Entities of the Federal Revenue Service, through searches using terms associated with Buddhism (“Buda,” “Buddha,” “Budista”). This methodology made it possible to identify both the evolution of self-declared religious affiliation and the institutional growth of formally registered associations. The results indicate a continuous process of religious pluralization in Brazil, evidenced by the expansion of the “Others” group, which rose from 0.71% in 2010 to 4.15% in 2022, representing one of the most significant changes in the national religious landscape. Regarding Buddhism, there was an increase in absolute numbers of adherents and institutions, but proportional stability, suggesting a tension between adherence to spiritual practices, such as meditation, and formal institutional affiliation. Thus, the study aims to contribute to the academic debate on minority religions and the

Artigo submetido em 30 de agosto de 2025 e aprovado em 13 de junho de 2026.

\* Doutora e Mestre em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo. Mestre em Buddhist Studies pela Kelanya University / Buddha-Dharma Center of Hong Kong.. País de origem: Brasil. ORCID: 0000-0002-3747-6091. E-mail: nirvanafranca@gmail.com.

complexity of religious self-declaration, highlighting the importance of censuses as a tool for analyzing cultural and spiritual transformations in contemporary Brazil.

**Keywords:** Demographic Censuses. Religious Pluralism. Minority Religions. Buddhism.

## Introdução

O levantamento censitário constitui uma das principais ferramentas para compreender a realidade social e cultural de um país. Desde o Império, quando o Brasil realizou seu primeiro Censo Demográfico em 1872, buscou-se mapear a população não apenas em termos quantitativos, mas também em aspectos que revelam a diversidade de pertencimentos religiosos. Ao longo de sua história, os censos foram ampliando gradativamente as categorias de identificação de fé, passando de uma classificação inicial extremamente restrita, que distinguia apenas católicos de não católicos, para uma listagem cada vez mais plural, na qual diferentes tradições religiosas puderam ser reconhecidas e registradas.

Essa trajetória evidencia tanto os limites quanto as possibilidades do Censo como instrumento de análise da religiosidade brasileira. Se, por um lado, categorias pouco claras ou grupos reduzidos acabam diluídos em classificações genéricas, como “outras religiões”, por outro, os dados permitem identificar movimentos de expansão, retração e recomposição no campo religioso nacional. A emergência de novas categorias ao longo dos censos revela mudanças significativas: tradições antes invisibilizadas ou marginalizadas passam a ser contabilizadas, enquanto filosofias ou práticas culturais chegam a adquirir o estatuto de religião.

A partir desse percurso histórico, torna-se possível refletir sobre as dificuldades de definição do que constitui “religião” para fins estatísticos e, conseqüentemente, sobre os desafios que envolvem a autodeclaração. Questões como: o que significa declarar-se católico, espírita, umbandista ou budista? Quais critérios cada indivíduo utiliza para se reconhecer como adepto? O pertencimento institucional é necessário ou práticas individuais já são suficientes? Essas indagações são fundamentais para interpretar os números levantados, pois a religiosidade brasileira não se reduz à mera vinculação institucional, mas inclui experiências híbridas, múltiplas e, muitas vezes, desvinculadas de uma

identidade religiosa formal.

Nesse contexto, o grupo classificado como “Outros” adquire especial relevância, já que nele se concentram diversas religiosidades minoritárias que, embora numérica e socialmente menos expressivas em comparação às tradições majoritárias, vêm apresentando crescimento contínuo. Os dados preliminares do Censo 2022 apontam que esse grupo alcançou 4,15% da população, um aumento superior a cinco vezes em relação a 2010. Ainda que seja necessário aguardar a divulgação dos microdados para compreender a contribuição de cada religião específica, esse dado já sinaliza um processo de pluralização do campo religioso brasileiro.

Por fim, a análise ganha ainda maior profundidade quando associada à expansão institucional, medida pelo número de estabelecimentos religiosos no país. O dado de que o Brasil conta atualmente com mais templos e igrejas do que escolas ou unidades de saúde revela não apenas a centralidade da religião na vida social, mas também os desafios de compreender como se articula o vínculo entre número de adeptos, práticas individuais e presença institucional. É nesse entrecruzamento de dimensões, histórica, estatística e interpretativa, que este artigo busca situar-se, analisando a trajetória dos censos demográficos e o lugar ocupado pelas religiões minoritárias, com atenção especial ao caso do budismo no Brasil.

## **1. Uma trajetória pelos censos**

Para a formulação de estratégias públicas de gestão, torna-se necessário conhecer o território e sua população. Nesse sentido, o Brasil, ainda no período imperial, realizou o primeiro Censo Demográfico há cerca de 150 anos, com o objetivo de obter informações detalhadas sobre seus habitantes.

Esse primeiro censo classificou a população entre livres e escravizados, incluindo os indígenas na categoria de caboclos livres. Além disso, investigou a religião de forma bastante simples, distinguindo apenas católicos de não católicos, denominados “acatholicos”. Essa diferenciação se mostrava suficiente, uma vez que o catolicismo era a religião oficial do país, restando apenas identificar os que não professavam essa fé.

De acordo com o Censo de 1872, a população católica livre correspondia a 4.302.386 homens e 4.089.520 mulheres, enquanto os não católicos somavam 16.313 homens e 11.453 mulheres (CENSO, 1872, p.3). A totalidade da população escravizada foi considerada católica, totalizando 1.510.806 pessoas (CENSO, 1872, p.4). Assim, apenas 0,28% da população não se declarou católica.

Em 1890, um novo censo trouxe maior abertura à pluralidade religiosa. Nesse levantamento, os católicos foram divididos entre romanos e ortodoxos; os protestantes, em três subgrupos (evangélicos, presbiterianos e outras seitas); e apareceram ainda categorias como islamitas, positivistas e sem culto (CENSO, 1890, p.297). A população total era de 14.333.915 pessoas, das quais 300 se declararam islâmicas, 1.327 positivistas e 7.257 sem culto. Isso significava que apenas 0,062% da população não era cristã, embora 98,92% se identificassem como católicos romanos (CENSO, 1890, p.297).

O censo de 1900 limitou-se a contabilizar a população, sem incluir informações sobre raça/etnia, religião, estado civil ou idade. Em sua introdução, o próprio documento reconhece que alguns estados não enviaram dados completos. Dessa forma, não é possível extrair análises relevantes desse levantamento além do crescimento populacional.

O Brasil permaneceu, então, algumas décadas sem realizar um novo censo demográfico. A base de dados do IBGE apresenta como próximo levantamento o de 1940, embora o próprio documento faça referência a informações provenientes de 1920. A grande inovação desse período foi a inclusão da categoria “outra religião”, destinada àqueles que declaravam crenças não contempladas nas opções oferecidas.

A lista de religiões possíveis cresceu substancialmente. Passou a ser possível declarar-se católico romano, protestante, ortodoxo, israelita, maometano, budista, xintoísta, espírita, positivista, adepto de outra religião, sem religião ou religião não declarada (CENSO, 1940, p.9).

## Compilação das religiões e números de praticantes no CENSO de 1940

Religião	Nº de praticantes
católico romano	39.177.880
protestante	1.074.857
ortodoxo	37.953
israelita	55.666
maometano	3.053
budista	123.353
xintoísta	2.358
espírita	463.400
positivistas	1.099
de outra religião	107.392
sem religião	87.330
religião não declarada	101.974

Fonte: CENSO Demográfico, 1940

Esse censo já nos possibilita uma análise mais aproximada do macrogrupo “Outras” do Censo de 2022. Tal grupo reúne as religiões que não se enquadram em: Católica Apostólica Romana, Evangélicas, Espírita, Umbanda e Candomblé, Tradições Indígenas, Outras Religiosidades, Sem Religião, Não Sabe e Sem Declaração.

Nos dados do Censo de 1940, o macrogrupo “Outras” compreendia: israelita, maometano, budista, xintoísta, positivista e “outra religião”. Nesse levantamento, 756.321 pessoas se declararam pertencentes a essas categorias, em um total de 41.236.315 habitantes, o que corresponde a 1,83% da população.

Ao retrocedermos no tempo para observar aumentos ou decréscimos no número de adeptos religiosos, deparamo-nos com a questão de como o próprio censo definia o que era considerado religião e quais expressões eram legitimadas como tal. Um exemplo é o macrogrupo Umbanda e Candomblé, presente no

Censo de 2022. O reconhecimento da umbanda como religião é um processo controverso. Jorge e Rivas (2012) destacam diferentes correntes que discutem sua origem, apontando que, já nos anos 1900, havia formas de expressão umbandista, ainda que não organizadas como atualmente. Naquele período, tais práticas eram vistas como magia e não como religião, o que resultava em perseguição a seus praticantes e levava muitos a se declararem como católicos ou kardecistas nos censos (Jorge e Rivas, 2012).

É igualmente significativo notar que, enquanto certas tradições foram marginalizadas e classificadas como práticas mágicas, ideias de caráter filosófico chegaram a adquirir reconhecimento religioso. É o caso do Positivismo, que recebeu status de religião (Leonidio, 2021), embora contasse com apenas 1.099 adeptos declarados, correspondendo a 0,0026% da população (CENSO, 1940).

De todo modo, já no Censo de 1940 se delineava a possibilidade de formação do macrogrupo posteriormente identificado em 2022. Observa-se a passagem de um modelo inicial, no qual a religiosidade era reduzida à dicotomia entre ser ou não Católico Apostólico Romano, para um modelo mais plural, que incorporava uma diversidade crescente de categorias de fé.

Os censos seguintes — 1950, 1960, 1970 e 1980 — não trouxeram informações sobre religião. Esses levantamentos se concentraram em traçar o perfil populacional a partir de variáveis como idade, alfabetização e ocupação (CENSO, 1950, 1960, 1970, 1980). As informações foram obtidas na base de dados SIDRA, no entanto, existe um documento na biblioteca do IBGE que cita a religião no CENSO de 1950 (CNE, 1952), este documento inclusive lança questionamentos sobre a autodeclaração e a real pertença de uma pessoa, “[...] por isso mesmo que a religião da maioria é católica e porque o ambiente histórico respira o catolicismo, há uma tendência psicológica a generalizar, mais ainda, a religião desta maioria, e passa por ser de bom tom declarar-se alguém católico, porque toda a gente o é.” (CNE, 1952, p 4). Esta colocação do próprio órgão censitário evidencia a fragilidade do grupo outros e das questões ligadas a pertença real de uma pessoa e sua dificuldade em quantificá-la. Este documento de 1952 traz uma referência aos espíritas, que reclamam de preconceito por parte dos recenseadores (CNE, 1952, p. 9), o que comprometeria a veracidade dos

dados. O documento, sendo rico no debate sobre a categoria religião, cita que o levantamento foi feito em 1950, mas não apresenta estes dados, que tampouco são encontrados na base SIDRA.

Somente em 1990 o IBGE disponibilizou, por meio do portal SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Automática), tabelas dinâmicas que permitiram maior detalhamento das variantes religiosas. Naquele ano, a população pôde se declarar pertencente a uma das seguintes categorias: Católica Romana, Católica Brasileira, Católica Ortodoxa, Adventista, Batista, Luterana, Metodista, Presbiteriana, Outra Evangélica Tradicional, Evangélica Tradicional não determinada, Assembleia de Deus, Congregação Cristã do Brasil, Deus é Amor, Evangelho Quadrangular, Tradicional Renovada, Universal do Reino de Deus, Outra Evangélica Pentecostal, Evangélica Pentecostal não determinada, Cristã Reformada não determinada, Mórmon, Testemunhas de Jeová, Outra Neocristã, Espírita, Umbanda, Candomblé, Judaica ou Israelita, Budista, Messiânica, Outra Oriental, Outras, Sem religião e Sem declaração.

### **Compilação das religiões e números de praticantes no CENSO de 1990**

<b>Religião</b>	<b>Número de praticantes</b>
Judaica ou Israelita	86.420
Budista	236.405
Messiânica	81.344
Outra oriental	50.829
Outras	94.553
População brasileira	146.815.793

**Fonte: CENSO Demográfico, 1990**

Esse grupo, com 549.551 pessoas, correspondia a 0,37% da população. Em termos absolutos e percentuais, observa-se um decréscimo em relação ao período anterior. Contudo, é importante considerar que o grupo indeterminado de “outras religiões” sofre variações significativas: quanto maior a diversidade de opções disponíveis para declarar a pertença religiosa, menor tende a ser o número

de indivíduos alocados nessa categoria genérica. Além disso, alguns credos registrados em censos anteriores deixaram de ser incluídos como opções específicas nesse levantamento.

No caso dos budistas, a análise comparativa é reveladora. Em 1940, 123.353 pessoas se declararam adeptas, o que correspondia a 0,30% da população (CENSO, 1940). Já em 1990, esse número subiu para 236.405, representando 0,16% da população (CENSO, 1990). Assim, embora a quantidade absoluta de budistas praticamente tenha dobrado em cinquenta anos, o crescimento não acompanhou o aumento da população total, resultando em uma redução percentual.

O censo seguinte a ser analisado é o de 2000. Por meio da plataforma SIDRA, é possível realizar cruzamentos de dados que permitem análises mais detalhadas. Como a tabela do SIDRA apresenta conjuntamente os dados de 2000 e 2010, adotamos esse agrupamento para fins de comparação. O foco desta análise permanece no macrogrupo “Outros”, com destaque para a situação do budismo.

Segundo o SIDRA, as religiões recenseadas nesse período foram: Católica Apostólica Romana, Católica Apostólica Brasileira, Católica Ortodoxa, Evangélicas, Igreja Evangélica Luterana, Igreja Evangélica Presbiteriana, Igreja Evangélica Metodista, Igreja Evangélica Batista, Igreja Evangélica Congregacional, Igreja Evangélica Adventista, Evangélicas de Missão (outras), Igreja Assembleia de Deus, Igreja Congregação Cristã do Brasil, Igreja o Brasil para Cristo, Igreja Evangelho Quadrangular, Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Casa da Bênção, Igreja Deus é Amor, Igreja Maranata, Igreja Nova Vida, Evangélica Renovada não determinada, Comunidade Evangélica, Evangélicas de origem pentecostal (outras), Evangélicas sem vínculo institucional, Evangélica não determinada, Outras religiosidades cristãs, Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, Testemunhas de Jeová, Espiritualista, Espírita, Umbanda, Candomblé, Outras declarações de religiosidades afro-brasileiras, Judaísmo, Hinduísmo, Budismo, Igreja Messiânica Mundial, Novas religiões orientais (outras), Islamismo, Tradições esotéricas, Tradições indígenas, Outras religiosidades, Sem religião, Ateu, Agnóstico, Não determinada e múltiplo

pertencimento, Religiosidade não determinada ou mal definida, Declaração de múltipla religiosidade, Não sabe e Sem declaração.

Encerrada a apresentação dessa tabela, que abrange especificamente o macrogrupo “Outros”, prosseguiremos com a análise dos dados.

### **Compilação das religiões e números de praticantes no CENSO de 2000 e 2010**

<b>Religião</b>	<b>Adeptos em 2000</b>	<b>Adeptos em 2010</b>
Espiritualista	25.889	61.739
Judaísmo	86.825	107.329
Hinduísmo	2.905	5.675
Budismo	214.873	243.966
Igreja Messiânica Mundial	109.310	103.716
Outras novas religiões orientais	41.770	52.235
Outras religiões orientais	7.832	9.675
Islamismo	27.239	35.167
Tradições esotéricas	58.445	74.013
Outras religiosidades	15.484	11.306
Não determinada e múltiplo pertencimento	...	643.598
Não determinadas	357.648	...
<b>SOMA</b>	<b>948.220</b>	<b>1.348.419</b>
<b>População brasileira</b>	<b>169.872.856</b>	<b>190.755.799</b>

**Fonte: CENSO demográfico 2000-2010**

Esse grupo denominado “Outros” correspondeu a 0,56% da população em 2000 e a 0,71% em 2010. Os budistas, especificamente, representaram 0,1264% em 2000 e 0,1278% em 2010, o que pode ser interpretado como estabilidade ou como um crescimento modesto. Esse crescimento modesto deve-se ao budismo de conversão, já que Usarski aponta para um decréscimo dos budistas

“amarelos”, ou seja, aqueles que eram declarados budistas em sua terra natal (Usarski; Soji, 2024).

A análise desse grupo apresenta dificuldades por se tratar de uma categoria heterogênea e pouco delimitada. Surge, então, uma questão fundamental: o que leva uma pessoa a declarar determinada pertença religiosa?

Se refletirmos sobre o grupo majoritário no Brasil, os católicos, surgem várias indagações. O que é necessário para que alguém se declare católico? Frequentar a instituição religiosa? Ter recebido os sacramentos, como batismo, primeira comunhão e crisma? Ou apenas o batismo já seria suficiente para caracterizar a pertença, mesmo sem participação ativa? Tais inquietações sobre a autodeclaração em uma religião amplamente conhecida, como a Católica, abrem espaço para pensar também nas religiões minoritárias. No caso dos budistas, por exemplo, o que define a pertença? Seria suficiente a prática da meditação? Ou seria necessária a vinculação a templos e grupos religiosos? A realização de um ritual iniciático seria obrigatória?

Para o Censo, contudo, a pertença religiosa é, em última instância, uma autodeclaração: é a maneira como o próprio indivíduo interpreta sua religiosidade. Por exemplo, camadas mais pobres tendem a se autodenominar católicas, mesmo possuindo outras pertenças, estas pessoas praticam umbanda e candomblé, ou outra religião, mas este tipo de “católico” compartimenta as religiões dependendo de sua função em sua vida (Monteiro; Almeida, 2001).

Refletindo sobre esse aspecto, no Censo de 2010, Clara Mafra (2013) destacou que a categoria “sem religião” no Brasil está relacionada a um novo sentido de religião, influenciado pelo universo evangélico. Muitos jovens de periferia, em sua maioria pardos, de baixa escolaridade e criados por mulheres evangélicas, associam “ter religião” a “frequentar uma igreja”. Quando deixam de frequentar, passam a ser classificados como “desviados” e, em levantamentos como o Censo, declaram-se “sem religião”. Isso não significa, entretanto, ausência de fé ou adesão ao ateísmo ou agnosticismo, mas, sim, uma religiosidade desvinculada da instituição formal, uma crença em uma força superior sem a prática regular de cultos.

Assim, o que define a pertença às outras religiosidades? A vinculação institucional? No caso dos budistas, novamente, a resposta não é simples. Pode haver um distanciamento entre o que as doutrinas estabelecem como condição de pertença e o que o indivíduo considera como identidade religiosa. Muitas pessoas têm recorrido à meditação, prática tipicamente budista, como ferramenta para enfrentar os desafios cotidianos. Em alguns casos, trata-se de uma prática desvinculada da religião, como o *mindfulness*; em outros, envolve a participação em grupos e templos. A autodeclaração também apresenta desafios, uma vez que o budismo muitas vezes é visto como uma filosofia de vida e não como uma religião (Usarski *et al*, 2025). Surge, então, a questão: essa adesão à meditação basta para definir alguém como budista?

Longe de propor soluções definitivas para o debate sobre autodeclaração e reconhecimento religioso, este estudo busca somar inquietações que contribuam para a análise dos dados obtidos nos últimos censos. Esse percurso nos remete, finalmente, aos dados preliminares do Censo 2022, divulgados pelo IBGE, que apontam que:

### **Compilação das religiões e números de praticantes no CENSO de 2022**

<b>Religião</b>	<b>Adeptos em 2022</b>
Católica Apostólica Romana	100.216.153
Evangélica	47.418.024
Espírita	3.257.455
Umbanda e Candomblé	1.849.824
Tradições Indígenas	99.425
Outras religiosidades	7.079.101
Sem religião	16.385.342
População Brasileira	170.600.150

**Fonte: CENSO demográfico 2022**

Podemos observar que o grupo denominado “Outros”, que reúne diversas religiosidades minoritárias, apresenta significativa expansão no Censo de 2022.

Esse segmento corresponde a 4,15% da população, enquanto em 2010 representava apenas 0,71%. Trata-se, portanto, de um aumento que supera cinco vezes o número de adeptos em comparação ao censo anterior, configurando-se como uma das mudanças mais expressivas no campo religioso brasileiro contemporâneo.

Como os dados disponíveis ainda são preliminares, não é possível identificar a contribuição específica de cada uma das tradições que compõem esse grupo, tampouco discernir quais cresceram e quais diminuíram. Somente com a divulgação detalhada dos microdados será possível analisar a dinâmica interna dessas religiosidades, avaliando a distribuição dos adeptos entre tradições orientais, novas espiritualidades, práticas esotéricas, religiões afro-brasileiras menos institucionalizadas, entre outras. É razoável supor, entretanto, que esse crescimento esteja associado tanto à pluralização das opções religiosas quanto ao fortalecimento de trajetórias individuais de espiritualidade, que muitas vezes transitam entre fronteiras institucionais e identitárias.

Esse fenômeno suscita reflexões importantes sobre o papel da institucionalização religiosa. Uma das novidades do Censo 2022 foi a inclusão de dados relativos ao número de igrejas e estabelecimentos religiosos existentes no Brasil, o que permite ampliar a análise para além da autodeclaração dos fiéis. A presença institucional das religiões pode tanto fortalecer sua visibilidade quanto facilitar a adesão de novos adeptos, uma vez que a existência de templos, centros e organizações religiosas garante a oferta de rituais, práticas comunitárias e apoio social.

Ao mesmo tempo, deve-se considerar que o crescimento do grupo “Outros” pode refletir não apenas o aumento numérico de instituições, mas também a emergência de formas mais fluidas de pertencimento religioso, nas quais a adesão não depende, necessariamente, da frequência a templos ou de vínculos institucionais sólidos. Nesse sentido, a expansão observada pode estar relacionada à valorização de práticas espirituais individuais, como a meditação, terapias alternativas, cultos domésticos ou rituais híbridos que circulam entre tradições.

No próximo tópico, discutiremos de maneira mais aprofundada a questão da institucionalização da religião no Brasil, a partir dos dados recentes sobre o número de igrejas, templos e centros religiosos registrados no país, e como esse fator pode influenciar tanto o crescimento quanto a legitimação das diversas expressões de fé.

## **2. Os estabelecimentos religiosos no Brasil.**

Em fevereiro de 2024, um dado divulgado pelo Censo de 2022 chamou atenção: o Brasil possui mais estabelecimentos religiosos do que estabelecimentos de educação e saúde somados. Foram catalogados 579,7 mil estabelecimentos religiosos, contra 264,4 mil de ensino e 247,5 mil de saúde (Fernandes, 2024). À primeira vista, essa informação causa espanto, mas a comparação direta entre esses números exige cautela. Instituições de ensino, por exemplo, concentram centenas ou milhares de estudantes, professores e funcionários em um único espaço, enquanto muitos estabelecimentos religiosos são pequenas igrejas — popularmente chamadas de “*igrejas de porta de garagem*” — que reúnem apenas alguns poucos fiéis. Já os estabelecimentos de saúde, por sua vez, cumprem uma função social distinta e têm sua capacidade de atendimento medida em centenas de consultas e procedimentos diários, o que dificulta comparações lineares.

Estudos anteriores já indicavam a expansão do número de estabelecimentos religiosos no Brasil, mas, para que essa constatação seja confirmada em termos comparativos, será necessário aguardar uma próxima edição do Censo, desde que a questão seja novamente incluída. Apenas com séries históricas consistentes será possível avaliar se esse crescimento se mantém, se há sinais de estagnação ou até mesmo de retração, bem como identificar em quais proporções se dá a presença dessas instituições no território nacional. Isso levanta uma série de questões relevantes: todos os grupos religiosos estão efetivamente ampliando sua presença física? Em que ritmos ocorre essa expansão? Há segmentos que, ao contrário, perdem espaço? Quais regiões do país concentram maior crescimento? E em quais territórios urbanos essas mudanças se tornam mais visíveis? Essas perguntas são centrais não apenas para o mapeamento do campo religioso brasileiro, mas também para a compreensão das

dinâmicas de transformação local e nacional (Fernandes, 2024).

O Brasil possui 402 instituições budistas, segundo levantamento feito por Usarski *et al* (2025), esse levantamento traça as regiões dos templos, as escolas / tradições professadas de budismo por cada grupo, apresentando uma distribuição do budismo no Brasil, América do Sul e Caribe. (Usarski *et al*, 2025)

Nossa proposta é fazer um levantamento das instituições budistas por outra via. Uma possível fonte complementar para observar a expansão do campo religioso é a Receita Federal do Brasil, por meio do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ). A consulta a essa base de dados permite dimensionar parcialmente o número de instituições, embora apresente limitações metodológicas. Primeiramente, não é possível filtrar diretamente por tipo de estabelecimento (igrejas, templos ou associações religiosas). Além disso, o registro contempla apenas instituições formalizadas: grupos informais, pequenos ou recém-criados podem não constar na base. Assim, os dados obtidos refletem apenas a face institucionalizada do fenômeno religioso, deixando de fora práticas comunitárias mais fluidas ou de menor formalização.

No caso do budismo no Brasil, a análise demanda o uso de palavras-chave específicas que geralmente aparecem na razão social das instituições, como *Buda*, *Buddha* ou *Budista*. Estas palavras foram escolhidas pois os templos citados como importantes em Usarski *et al* (2025), utilizam em suas razões sociais uma destas palavras-chave. A metodologia apresenta limitações. Por exemplo, os Centros Kadampa utilizam variações de *Centro de Meditação Kadampa* e *Centro Budista Kadampa*. Em nossa escolha de palavras os centros de meditação são excluídos, mas incluir esta palavra irá incluir uma ampla diversidade de locais não budistas, o que tornaria inviável a pesquisa. O intuito não é esgotar o mapeamento com a determinação da totalidade dos templos budistas, mas encontrar possíveis parâmetros para analisar seu crescimento com base nos dados da Receita Federal. Utilizando tais termos e considerando apenas entidades com cadastro ativo em agosto de 2025, foram identificados 82 estabelecimentos registrados como associações religiosas ou filosóficas. Entre eles, 53 foram fundados antes de 31/12/2000, 12 entre 01/01/2001 e 31/12/2010, e 17 após 01/01/2011 (levantamento em anexo).

A partir desses dados, observa-se que, entre 2000 e 2010, houve um crescimento de 22,6% no número de associações budistas, enquanto no período posterior até o presente o aumento foi de 32,1%. Esse crescimento institucional, embora expressivo, não acompanhou proporcionalmente a evolução do número de adeptos identificados nos censos populacionais. Uma explicação plausível é que a procura pela meditação, frequentemente associada ao budismo, nem sempre se converte em identificação religiosa. Muitos praticantes se aproximam de técnicas como o *mindfulness* em busca de benefícios terapêuticos ou de qualidade de vida, sem necessariamente se reconhecerem como budistas ou se vincularem formalmente a uma instituição religiosa.

Esses dados, portanto, revelam uma importante tensão entre a expansão institucional e a autodeclaração de pertencimento religioso. Enquanto o número de associações cresce de forma moderada, a adesão a práticas budistas se dá de maneira difusa e, muitas vezes, desvinculada de vínculos formais, o que reforça a necessidade de pensar a religiosidade contemporânea para além dos marcos tradicionais de instituição e pertença.

A expansão do budismo depende de como as gerações irão lidar com as questões ligadas a conversão, os primeiros templos / centros budistas tiveram suas origens nos imigrantes e preservaram os ritos em suas línguas de origem, o que afastava a conversão de brasileiros e mesmo a manutenção das novas gerações nascidas no Brasil que não falavam a língua de seus pais. As gerações posteriores, formadas por brasileiros convertidos ou por missionários ocidentais, preocuparam-se em traduzir os textos e adaptá-los à cultura brasileira, revertendo o declínio. (Usarski; Shoji, 2024).

## Conclusão

A trajetória dos censos demográficos no Brasil revela, ao longo de quase um século e meio, a passagem de um modelo de classificação religiosa restritivo, centrado na hegemonia católica, para um cenário de crescente pluralização das pertencências. A progressiva inclusão de novas categorias de identificação religiosa possibilitou não apenas a visibilidade de tradições antes marginalizadas, mas também a constatação de transformações significativas na forma como a

população brasileira compreende e declara sua religiosidade.

O caso do grupo classificado como “Outros” ilustra esse processo de forma emblemática. Se em momentos anteriores representava apenas uma parcela residual e pouco definida da população, no Censo de 2022 ele se expande e alcança 4,15% dos brasileiros, configurando-se como um dos segmentos de crescimento mais expressivos no campo religioso nacional. Ainda que os dados preliminares não permitam identificar a contribuição específica de cada tradição que compõe esse grupo, já se evidencia a ampliação da diversidade religiosa e a emergência de novas formas de vivência espiritual.

O budismo, analisado neste estudo, ilustra bem a complexidade dessa dinâmica. Apesar de apresentar crescimento em números absolutos ao longo do século XX e XXI, sua proporção relativa na população permaneceu estável ou apresentou leve decréscimo. Esse dado sugere que a expansão das práticas associadas ao budismo, como a meditação, nem sempre se traduz em pertença formal ou em filiação institucional. Há, portanto, uma tensão entre adesão prática e identidade declarada, que se repete em outras tradições e que desafia os instrumentos estatísticos a captarem a multiplicidade das experiências religiosas contemporâneas.

A análise dos dados também evidencia a relevância da institucionalização religiosa. O número crescente de estabelecimentos religiosos, superior inclusive ao de escolas e unidades de saúde, indica a centralidade que a religião ocupa no tecido social brasileiro. Contudo, esse dado quantitativo deve ser interpretado com cautela, uma vez que a presença institucional não corresponde, necessariamente, a um aumento proporcional de adeptos. O caso das associações budistas é exemplar: mesmo com crescimento no número de instituições registradas, esse movimento não acompanhou, em igual intensidade, o aumento da população que se identifica como budista.

Assim, a leitura dos censos deve ser compreendida não como um retrato definitivo da religiosidade nacional, mas como um ponto de partida para refletir sobre as interações entre autodeclaração, práticas religiosas, pertença institucional e visibilidade social. Ao evidenciar tanto as continuidades quanto as

mudanças, os dados permitem entrever as tensões, ambiguidades e potenciais de transformação do campo religioso no Brasil.

Do ponto de vista do budismo, a leitura dos dados censitários torna-se ainda mais complexa quando considerada à luz das análises de Frank Usarski, que chama atenção para a especificidade dessa tradição no contexto brasileiro. Diferentemente de religiões que operam por forte identificação institucional, o budismo apresenta uma dinâmica marcada pela porosidade entre pertencimento e prática. Como destacado por Usarski, muitos indivíduos se apropriam de elementos budistas, sobretudo a meditação, sem que isso implique uma autodeclaração religiosa correspondente. Essa dissociação ajuda a explicar por que, apesar do crescimento em números absolutos e da expansão institucional, o budismo permanece proporcionalmente estável nos Censos. Trata-se, portanto, de um caso emblemático em que os instrumentos estatísticos tradicionais revelam seus limites diante de formas de religiosidade que não se organizam prioritariamente em torno da filiação formal.

Nesse contexto, as transformações internas do próprio budismo no Brasil, também analisadas por Usarski, tornam-se decisivas para compreender seu lugar no macrogrupo “Outros”. A passagem de um budismo vinculado às comunidades de imigrantes, frequentemente associado a práticas ritualísticas em línguas de origem, para um budismo de conversão, adaptado cultural e linguisticamente ao público brasileiro, ampliou sua visibilidade e acessibilidade. No entanto, esse processo não produziu um crescimento proporcional na autodeclaração religiosa, justamente porque favoreceu formas mais flexíveis de apropriação. Assim, o budismo passa a ocupar uma posição liminar no campo religioso: simultaneamente presente e difuso, institucionalizado e descentralizado. Essa ambivalência, longe de ser um obstáculo analítico, confirma a pertinência das leituras de Usarski ao evidenciar que o budismo contemporâneo desafia categorias fixas de religião e exige abordagens capazes de captar a fluidez das identidades religiosas na modernidade tardia.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. Censo 2022: católicos seguem em queda, evangélicos e sem religião crescem no país. **Agência IBGE Notícias**, 21 dez. 2023. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43593-censo-2022-catolicos-seguem-em-queda-evangelicos-e-sem-religiao-crescem-no-pais>. Acesso em: 20 ago. 2025.

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. Censo 2022: Brasil tinha 16,4 milhões de pessoas morando em favelas e comunidades urbanas. **Agência IBGE Notícias**, 2 maio 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41797-censo-2022-brasil-tinha-16-4-milhoes-de-pessoas-morando-em-favelas-e-comunidades-urbanas>. Acesso em: 20 ago. 2025.

ALMEIDA, Ronaldo; MONTEIRO, Paula. Trânsito religioso no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 92-100, jul. 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392001000300012>. Acesso em: 20 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. **Cadastro Nacional das Organizações Religiosas**. Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/formulario-do-cadastro-nacional-das-organizacoes-religiosas>. Acesso em: 20 ago. 2025.

CNE (Conselho Nacional de Estatística). **O quesito "religião" no CENSO demográfico de 1950**. Rio de Janeiro, 1952. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv84322.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2026.

CENSO DEMOGRÁFICO 1872. Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, 1876. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477\\_v1\\_br.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v1_br.pdf). Acesso em: 9 jun. 2025.

CENSO DEMOGRÁFICO 1890. Sexo, raça e estado civil, nacionalidade, filiação, culto e analfabetismo da população recenseada em 31 de dezembro de 1890. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, 1895. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25487.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2025.

CENSO DEMOGRÁFICO 1900. Recenseamento Geral do Brasil de 1900. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, 1905. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=225474>. Acesso em: 20 ago. 2025.

CENSO DEMOGRÁFICO 1940. Sinopse preliminar do Censo Demográfico: 1940. Rio de Janeiro: IBGE, 1941. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7314>. Acesso em: 20 ago. 2025.

CENSO DEMOGRÁFICO 1950. Sinopse preliminar do Censo Demográfico: 1950. Rio de Janeiro: IBGE, 1952. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7313>. Acesso em: 20 ago. 2025.

CENSO DEMOGRÁFICO 1960. Censo Demográfico: 1960. Rio de Janeiro: IBGE, 1962. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=284480>. Acesso em: 20 ago. 2025.

CENSO DEMOGRÁFICO 1970. Censo Demográfico: 1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1973. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=225483>. Acesso em: 20 ago. 2025.

CENSO DEMOGRÁFICO 1980. Censo Demográfico: 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1983. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=213742>. Acesso em: 20 ago. 2025.

CENSO DEMOGRÁFICO 1990. Censo Demográfico: 1990. Rio de Janeiro: IBGE, 1992. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/135>. Acesso em: 20 ago. 2025.

CENSO DEMOGRÁFICO 2000-2010. Censo Demográfico: 2000 e 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/2094>. Acesso em: 20 ago. 2025.

CENSO DEMOGRÁFICO 2022. Panorama – Indicadores. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR&tema=10>. Acesso em: 20 ago. 2025.

CENSO DEMOGRÁFICO 2022. Destaques. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/22827-censo-demografico-2022.html?=&t=destaquesx>. Acesso em: 20 ago. 2025.

FERNANDES, Clemir. O tamanho institucional da religião no Censo do IBGE. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Religião – ISER, 2024. Disponível em: <https://iser.org.br/noticia/o-tamanho-institucional-da-religiao-no-censo-do-ibge/>. Acesso em: 20 ago. 2025.

INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO – ISER. Um Brasil mais plural: reflexões sobre os dados de religião do Censo 2022. Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://iser.org.br/wp-content/uploads/2025/07/ISER-Um-Brasil-mais-plural-reflexoes-sobre-os-dados-de-religiao-do-censo-2022.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2025.

JORGE, Érica; RIVAS, Maria Elise. Por uma interpretação do Censo 2010 da repressão ao movimento umbandista atual. **Identidade!**, São Leopoldo, v. 17, n. 1, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://revistas.est.edu.br/Identidade/article/download/1940/1606/2407>. Acesso em: 12 jun. 2025.

LEONIDIO, Adalmir. A questão da laicidade entre positivistas brasileiros. **Mediações**, Londrina, v. 26, n. 1, p. 126-142, jan. 2021. Disponível em: [sem link informado]. Acesso em: [não informado].

MAFRA, Clara. Números e narrativas. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 14, n. 24, p. 13-25, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debatesdoner/article/download/43557/27413>. Acesso em: 20 ago. 2025.

RECEITA FEDERAL. **Consulta CNPJ**. Brasil, 2025. Disponível em: <https://consultacnpj.redesim.gov.br/>. Acesso em: 1 ago. 2025.

USARSKI, Frank. Declínio do budismo "amarelo" no Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 133-153, nov. 2008. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ts/a/4stW7nKgcMrs46qzH9Ndpqj/>. Acesso em: 13 jun. 2025.

USARSKI, Frank; SHOJI, Rafael. **Expressões do budismo no Brasil: edição comemorativa dos 25 anos do CERAL**. São Paulo: Editora Pluralidades, 2024.

USARSKI, Frank; SHOJI, Rafael; CARINI, Catón. Facets of Institutionalized Buddhism in Latin America and the Caribbean. **International Journal of Latin American Religions**, v. 9, p. 254-268, 2025. Disponível em:

[https://link.springer.com/epdf/10.1007/s41603-025-00286-9?sharing\\_token=UMJW1k77JXIXRdBjX3j1R\\_e4RwlQNchNByi7wbcMAY73SxBi84m7HYaatdZw6inzJlK\\_S37HglfK-aQDonisvebCU3G\\_DHp\\_XGBtFQeWn93\\_qgtKnHdz5ZCWy12dPCqznSFl8aSfozgGw\\_cswzLgNuqxQXTUed3YFbTNpcAMGWM%3D](https://link.springer.com/epdf/10.1007/s41603-025-00286-9?sharing_token=UMJW1k77JXIXRdBjX3j1R_e4RwlQNchNByi7wbcMAY73SxBi84m7HYaatdZw6inzJlK_S37HglfK-aQDonisvebCU3G_DHp_XGBtFQeWn93_qgtKnHdz5ZCWy12dPCqznSFl8aSfozgGw_cswzLgNuqxQXTUed3YFbTNpcAMGWM%3D). Acesso em: 20 mar. 2026.

## ANEXO – Compilação de dados da Receita federal em 01 de agosto de 2025

Nome	UF	Data do estabelecimento
ANDRADINA HONGWANJI, TEMPLO BUDISTA	SP	09/01/2003
ASSOCIAÇÃO BUDDHA-DHARMA	SP	28/01/2013
ASSOCIAÇÃO BUDISTA AGON-SHU	SP	26/11/1984
ASSOCIAÇÃO BUDISTA AMÉRICA DO SUL TZONG KWAN	SP	14/05/1991
ASSOCIAÇÃO BUDISTA CHINESA DO BRASIL	SP	26/06/2000
ASSOCIAÇÃO BUDISTA DE BASTOS	SP	28/11/1982
ASSOCIAÇÃO BUDISTA FORMOSA	SP	20/07/1982
ASSOCIAÇÃO BUDISTA HONGANJI DE CURITIBA	PR	14/09/1989
ASSOCIAÇÃO BUDISTA HONPA HONGWANJI DE CAMPINAS	SP	04/11/1976
ASSOCIAÇÃO BUDISTA SOTO ZENSHU DOKOZAN BUSHINJI DE ROLANDIA	PR	03/06/1971
ASSOCIAÇÃO DE PRÁTICA ZEN BUDISTA - VIA ZEN	RS	14/01/1996
ASSOCIAÇÃO DO TEMPLO BUDISTA SHOSHINJI DE ASSAI	PR	24/09/1969
ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL BUDISTA PROGRESSO	SP	11/08/1992
ASSOCIAÇÃO RELIGIOSA BUDISTA NAMBEI HONGUANDI DE CIANORTE	PR	15/01/1975
ASSOCIAÇÃO RELIGIOSA BUDISTA SUL BRASIL	PR	27/01/1988
ASSOCIAÇÃO ZEN BUDISTA DE BRASILIA	DF	22/03/2019

ASSOCIAÇÃO ZEN BUDISTA DE VITORIA - AZV	ES	18/07/2011
BUDDHA DHARMA MEDITATION CENTER	RJ	20/06/2016
CENTRO BUDISTA DJAMPEL PAWO	SP	12/12/2001
CENTRO BUDISTA JANGCHUB LING	SP	01/10/1996
CENTRO BUDISTA KADAMPA BODHISATTVA	CE	01/03/2023
CENTRO BUDISTA KADAMPA LAMRIM	SP	04/01/2016
CENTRO BUDISTA KADAMPA MAITREYA	MG	23/05/2001
CENTRO BUDISTA KADAMPA SABEDORIA	SP	20/05/2021
CENTRO BUDISTA KADAMPA SUMATIKIRTI	MG	23/10/2024
CENTRO BUDISTA KADAMPA TARA	BA	11/09/2007
CENTRO BUDISTA KADAMPA VAJRAPANI DE INDAIATUBA	SP	08/08/2008
CENTRO BUDISTA KADAMPA VAJRAYOGINI	SP	17/11/2017
CENTRO BUDISTA KARMA KAGYU CAMINHO DO DIAMANTE	RS	18/10/2016
CENTRO BUDISTA SHANTIDEVA	SP	05/06/2007
CENTRO BUDISTA TIBETANO KAGYU PENDE GYAMTZO	DF	05/08/1987
CENTRO BUDISTA TIBETANO THUPTEN DEKYI HOEBAR	SP	07/07/2008
CENTRO BUDISTA YONGEY DO BRASIL	SP	05/03/2007
CENTRO DE DHARMA BUDA DA COMPAIXÃO	ES	16/07/2003
CENTRO DE ESTUDOS BUDISTA BODISATVA ALTO PARAISO	GO	23/03/2012
COMUNIDADE BUDISTA JOGANJI FUDO MYO	SP	10/12/1981
COMUNIDADE BUDISTA SHANTIDEVA	RS	27/08/2020
COMUNIDADE BUDISTA SOHAKUIN	RJ	07/03/1975
COMUNIDADE BUDISTA SOTO ZENSHU DA AMÉRICA DO SUL	SP	01/03/1974
COMUNIDADE ZEN BUDISTA	SP	03/12/2001
COMUNIDADE ZEN BUDISTA DE RIBEIRÃO PRETO	SP	17/08/2021
COMUNIDADE ZEN-BUDISTA DAISSEN	SC	01/12/2000
COMUNIDADE ZEN-BUDISTA TAIHEIJI	RS	21/07/2021
FEDERAÇÃO BUDISTA SUL-AMERICANA JODO SHINSHU HONPA HONGWANJ	SP	28/05/1971

IGREJA BUDISTA DE PEREIRA BARRETO	SP	15/08/1980
IGREJA BUDISTA HONGANJI DE LONDRINA	PR	27/01/1984
IGREJA BUDISTA NITIREM CHU JIONIM DE ASSAI	PR	27/06/1966
INSTITUTO BUDISTA ZENPLANALTO	DF	28/01/2014
INSTITUTO ZEN-BUDISTA DAISSEN-JI DA PARAIBA	PB	13/02/2019
INSTITUTO ZEN-BUDISTA DE GOIAS	GO	06/11/2024
ORDEM BUDISTA INTERNACIONAL	PR	12/07/1996
ORDEM BUDISTA SARVASTIVADA DO BRASIL	ES	14/04/2023
ORDEM MONÁSTICA E FILOSÓFICA BUDISTA NISKAMA KARMA	SP	25/06/2013
ORGANIZAÇÃO BUDISTA DE GUARARAPES	SP	16/08/1983
ORGANIZAÇÃO BUDISTA DRUKPA BRASIL	MG	30/11/2016
ORGANIZAÇÃO BUDISTA SHINSHU HONGANJI EM MARILIA	SP	28/02/1973
ORGANIZAÇÃO CENTRAL BUDISTA KARMA KAGYU CAMINHO DO DIAMANTE DO BRASIL	RS	20/11/2020
ORGANIZAÇÃO RELIGIOSA BUDISTA GENTE DA PRAIA	RJ	18/06/2020
ORGANIZAÇÃO RELIGIOSA BUDISTA ZENGUENJI DO BRASIL	SP	06/09/1982
RELIGIÃO BUDISTA HONMON BUTSURYU SHU DO BRASIL	SP	03/05/1971
SOCIEDADE BUDISTA DO BRASIL	MG	12/01/1970
SOCIEDADE BUDISTA NAMBEI HONGANJI DE CAMPO GRANDE	MS	27/09/1993
SOCIEDADE RELIGIOSA BUDISTA	SP	26/06/1972
TEMPLO BUDISTA COREANO JINGAKSA DO BRASIL	SP	01/08/1986
TEMPLO BUDISTA DO CAMINHO DA LUZ	SP	10/01/2025
TEMPLO BUDISTA HOGUENJI DO BRASIL	SP	18/09/1981
TEMPLO BUDISTA HONGANJI DE PARANAVAI	PR	27/10/2016
TEMPLO BUDISTA HONGWANJI DE BRASÍLIA	DF	27/07/2007
TEMPLO BUDISTA HONGWANJI DE OSASCO	SP	28/06/2024
TEMPLO BUDISTA HONGWANJI DE REGISTRO	SP	01/10/1975
TEMPLO BUDISTA HONPA HONGWANJI DE MARILIA	SP	03/10/1972

TEMPLO BUDISTA HONPA HONGWANJI DE PRESIDENTE PRUDENTE	SP	09/06/1972
TEMPLO BUDISTA JODO SHINSHU NISHI HONGWANJI DE TOME-ACU	PA	14/11/2014
TEMPLO BUDISTA JODOSHU BETSUIN NIPPAKUJI DE SAO PAULO	SP	03/05/1993
TEMPLO BUDISTA KANNON	SP	10/06/2002
TEMPLO BUDISTA NAMBEI HONGANJI DE BRASÍLIA	DF	08/02/1995
TEMPLO BUDISTA NAMBEI HONGANJI DE LONDRINA	PR	23/06/1992
TEMPLO BUDISTA NAMBEI HONGANJI DE PRESIDENTE PRUDENTE	SP	23/01/1975
TEMPLO BUDISTA SHINGON-SHU HENSHOJI CENTRAL DA AMÉRICA DO SUL	SP	17/08/1978
TEMPLO BUDISTA TOHOKU NAMBEI HONGANJI - REGIONAL DE RIBEIRAO PRETO	SP	17/02/1970
TEMPLO BUDISTA VAJRAMUSHI NICHIREN KARATE-DO	MG	15/10/1992
TEMPLO BUDISTA YUTHOK LING	RJ	06/05/2025